

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/RAS:  
CONHECIMENTO NECESSÁRIO À ATUAÇÃO PEDAGÓGICA**

Ariane Camila Tagliacolo Miranda  
Eliane Rose Maio  
Universidade Estadual de Maringá

**RESUMO:**

O presente artigo consiste no resultado de pesquisas e estudos bibliográficos referentes à formação de professores/ras como educadores/ras sexuais e a aplicabilidade desta temática em sala de aula. Objetiva-se discutir a importância da implantação desse ensino nas grades curriculares dos cursos de formação de professores/ras para que o/a profissional em sua atuação pedagógica possua habilidade em ensinar essa temática em conjunto com os conteúdos escolares. Após a constatação da inexistência e/ ou a ineficiência da educação sexual no processo de ensino-aprendizagem nos Centros de Educação Infantil, realizado em uma pesquisa em 2008/2009, nos levou, então, a indagar e conhecer o “porque” da deficiência nessa área de conhecimento nas instituições de ensino. É neste contexto que justificamos a escolha dessa temática a ser discutida neste artigo. Os estudos se fundamentaram na consideração de que o problema encontrava-se na ineficácia dos saberes sobre sexualidade humana em consonância com os conteúdos curriculares e a inabilidade metodológica realizada pelos/as educadores/ras.

**Palavras-chave:** Sexualidade; formação de professores/as; educação sexual.

**1. Introdução**

O assunto que trataremos neste artigo refere-se à formação de professores/ras como educadores/as sexuais, bem como a importância da implantação desse ensino nas grades curriculares dos cursos de formação de professores/as, para que o/a profissional em sua atuação pedagógica possua a habilidade em ensinar essa temática em conjunto com os conteúdos escolares.

Tal discussão proposta deriva-se de estudos e pesquisas de campo realizadas sobre a sexualidade e educação infantil em 2009, o qual buscava analisar como a sexualidade estava referida nos planejamentos pedagógicos dos Centros de Educação Infantil bem como conhecer a postura do/da educador/ra diante de manifestações sexuais das crianças.

Constatamos, por meio desta pesquisa, que a educação sexual não estava se efetivando por completo na educação infantil e que o conceito de educar sexualmente a criança não existia, o que existia, além dos tabus, desconforto e repressão frente a questões sexualizadas era a falta de informação e inabilidade em trabalhar essa temática.

O resultado obtido neste trabalho levou-nos a indagar algumas questões sobre a sexualidade na educação, que discutiremos neste artigo.

Qual a concepção de educação sexual na escola? Quais foram os conhecimentos que os/as educadores/as tiveram em seu curso de formação sobre a educação sexual? Existem conteúdos na formação de professores/as que embasam os/as profissionais da educação na área do ensino da sexualidade?

Partindo desses questionamentos, entendemos que para a efetivação de um bom trabalho de educação sexual na escola, e que esta se perpetue na formação dos sujeitos é necessário buscar conhecer a raiz do problema, a necessidade desse conhecimento na formação de professores/as, para que este, ao atuar possa ter subsídios científicos sobre a educação sexual para transmitir aos educandos.

Afirmamos que tratar de educação sexual na escola levará a uma discussão de grandes proporções, desta forma, daremos destaque a uma vertente, a formação dos/das professores/as como educadores/as sexuais para a Educação Infantil.

Partiremos de uma discussão teórica, sobre a importância da educação sexual na escola e, por conseguinte, ressaltar a importância da implantação desse conteúdo nas grades curriculares dos cursos de formação de professores/as.

Para tanto, faremos, a seguir, algumas reflexões, referenciando alguns autores para compreender a função da escola, o papel do pedagogo e a concepção de educação.

Compreende-se como função social da escola, a transmissão da aprendizagem formal, científica e organizada historicamente. Além disso, deve ser um espaço da apresentação de “saberes que se pretendem universais, mas também locus de particularidade e parcialidade de manifestações culturais de grupos específicos” (MAIO, 2008).

O Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia/UEM apresenta como base do conhecimento do Pedagogo,

Configura-se em sua primeira dimensão, [...] uma pluralidade de saberes já definidos e produzidos e que constituem parte insubstituível do repertório de informações de que deve dispor e ter domínio para o exercício de sua profissão. Dentre estes destacamos, inicialmente, um conjunto de saberes que lhe proporcionam condições de leitura do

mundo nos múltiplos olhares que a ciência desenvolve. São os saberes situados na confluência da teoria da educação e da pedagogia e das demais ciências: sociologia, psicologia, antropologia, filosofia, história, política, linguagem, ciências exatas e da natureza, ciências da saúde, para exemplificar alguns dos campos da ciência aos quais o pedagogo, sem ser um profissional da área, deve ter iniciação. Sua familiarização, na perspectiva da inter e transdisciplinaridade, capacita-o a proceder à leitura do mundo onde se situa e atua cotidianamente, construindo os saberes educacionais de uma pedagogia de emancipação humana (PPP do curso de Pedagogia/UEM, 2005, p.25-26).

No entanto, esse Pedagogo que se pretende formar com conhecimentos em múltiplos olhares em sua atuação pedagógica não possui o conhecimento que se integra com as outras ciências, como a sexualidade, corpo e saúde, fundamentos necessário para a práxis escolar, em especial, na educação infantil, onde se inicia a formação psíquica, cognitiva e humana dos educandos.

Para Pfromm Neto, a educação, em sentido amplo, consiste em

[...] um conjunto de experiências pessoais, ativas, dinâmicas, mutáveis, por meio das quais o indivíduo seleciona, absorve e incorpora informações, relaciona-as com as que já dispõe em seu repertório e as organiza, expressa ou utiliza para criar novas informações, orientar suas ações, agir junto a outras pessoas ou modificar o ambiente (PFROMM NETO, 1987, p.6 *apud* FIGUEIRÓ, 2001, p. XVII).

Discutir sexualidade configura-se como um assunto polêmico, mas fundamental para a compreensão da postura da sociedade e do desenvolvimento dos sujeitos, por entender que o sexo faz parte da condição humana.

O homem foi elaborado, histórica e culturalmente, um conjunto de posturas em torno do sexo, que fez com que este transcendesse o próprio homem. Surgiram tantas exigências, regras, cerimônias, interdições, e permissões que tornaram a atividade sexual um tabu (GUIMARÃES, 1995, p.23).

Para fundamentar as discussões a seguir, será importante esclarecermos de imediato, alguns termos que permearão este trabalho.

O conceito de sexo se relaciona ao aparato biológico, orgânico, anatômico, necessidade biológica do indivíduo, que se diferenciam entre homens e mulheres, assim como, um conjunto de práticas, atitudes e comportamentos vinculados à relação sexual. A sexualidade refere-se à expressão do indivíduo, a individualidade dos sujeitos, seus desejos, prazer físico, psíquico, e, composta de “[...] uma série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas [...]” (WEEKS, 2001, p.43 *apud* BRAGA, 2008, p. 16).

Em consonância a ideia de sexualidade, Telarolli Junior (1997), diz que, o indivíduo, ao longo da vida, sofre influência da “cultura da sexualidade”, advindas da família, da religião, dos meios de comunicação e da escola, os quais pressionam, exigem e moldam o mesmo para adaptá-lo aos padrões de comportamento impostos pela sociedade.

É inegável dizer que vivemos numa tradição cultural, na qual nosso corpo sofreu e ainda sofre uma série de repressões por meio dos preconceitos, interditos e normas sociais, culturais e religiosas.

A partir dessa breve introdução das discussões a cerca da sexualidade no âmbito da educação, será desenvolvido, a seguir, neste artigo, três tópicos que pretenderá explorar com mais ênfase as reflexões sobre repressão sexual, a educação escolar, bem como a importância da formação de professores/ras como educadores/ras sexuais.

## **2. Repressão sexual**

Com os estudos percebemos a constante dificuldade em verbalizar, abordar e esclarecer sobre a temática da sexualidade entre pais e professores/ras, tal postura relaciona-se diretamente a própria constituição histórica e social dos indivíduos. “A repressão sexual é sócio-cultural, impõe regras e normas e leva ao estabelecimento de juízos de valor de acordo com os costumes de determinada época” (RIBEIRO, 1990, p.16).

Na infância a repressão sexual se mostra mais visível a partir do século XVIII, momento em que se conceituou o termo de infância, pois até o século anterior, Foucault (1988 *apud* BRAGA, 2008) acredita que se vigorava uma fraqueza sexual, pois as práticas sexuais não eram escondidas em segredos, as crianças eram permitidas a realizar brincadeiras sexuais e até estimuladas.

Pois até o século XVII, Ariès (1979, p.13) considera que a criança era reconhecida como “um adulto em miniatura”. Não era entendida como seres que possuíam necessidades diferentes das do adulto, era tratada da mesma forma, convivia e participava de todo o cotidiano dos adultos, inclusive as suas manifestações sexuais eram permitidas e encaradas naturalmente. E a infância configurou-se como um conceito moderno.

Para Postman (1999), o conceito de infância apareceu na modernidade com a criação da prensa tipográfica.

[...] a tipografia criou um novo mundo simbólico que exigiu, por sua vez, uma nova concepção de idade adulta. A nova idade adulta, por definição, excluiu as crianças. E como as crianças foram expulsas do mundo adulto, tornou-se necessário encontrar um outro mundo que elas

pudessem habitar. Este outro mundo veio ser conhecido como infância (POSTMAN, 1999, p. 34).

Com o reconhecimento do conceito de infância entre os séculos XVII e XVIII, estabeleceu-se também a idéia de que as crianças eram puras e assexuadas (MAIA, 2005).

Consideravam que com a conservação da “inocência” da criança sobre o sexo, propiciaria a manutenção da ignorância a esse assunto. A partir dessa ideia, valorizaram um tipo de educação, que ao mesmo tempo mantinham as crianças desinformadas e estabelecia um padrão repressor de comportamento, visando mantê-las afastadas da curiosidade e dos conhecimentos sobre a sexualidade (BRAGA, 2002)

A ideia hegemônica no século XVIII e início do XIX era o Puritanismo e Vitorianismo. O primeiro considerava que o sexo e o amor só podiam se concretizar após o casamento, já os vitorianos aceitavam o sexo apenas para a reprodução da espécie. Tais movimentos anti-sexuais se espalharam por todo mundo ocidental. Concomitantemente a esses movimentos, há a ascensão da burguesia, a qual instaurou uma tendência moralista de repressão sexual na sociedade (RIBEIRO, 1990).

A existência da repressão sexual deve-se aos condicionamentos culturais e sociais estabelecidos no decorrer da história, que foram construídos e transmitidos às várias gerações. Notamos que os resquícios de tais padrões educacionais podem ficar bem evidentes no desconforto da maioria dos adultos frente às manifestações da sexualidade infantil, como a masturbação, por exemplo (BRAGA, 2002).

Gaiarsa (1993, p.11, *apud* BRAGA, 2008, p.25) coloca que “[...] sofremos de uma gloriosa tradição negativa em relação ao corpo humano”. Dessa repressão corporal sofrida pelo indivíduo resulta que a maior parte de nossos desejos parece incompatível com algumas normas sociais estabelecidas, isso fez com que travássemos uma luta contra nós mesmo, buscando a destruição da satisfação impulsiva e espontânea da sexualidade.

São evidentes, no espaço familiar e escolar, a dificuldade e a angústia em educar sexualmente as crianças e adolescentes. A escola torna-se uma extensão da instituição familiar no que se refere à repressão sexual. Em contrapartida, é neste local onde se encontram frequentemente expressões das manifestações sexuais, bem como os desejos da criança, às quais são reprimidas pelos adultos como no ambiente familiar, pois são os conceitos de negação a expressão da sexualidade que foram passados a eles, os quais já estão internalizados e estão sendo transmitidos aos seus alunos (SOUZA, 1997).

Percebemos que na infância, a educação sexual é considerada desnecessária, pois, tanto o ambiente familiar como a instituição escolar acreditam ser irrelevante ensinar sexualidade para crianças dessa faixa etária, por esperar que ela adquira esse conhecimento no decorrer da sua vida (BRAGA, 2002).

Na adolescência, o ensino, tanto na família e na escola, é voltado a mudanças no corpo, prevenção às DST e gravidez indesejável, considerando que o adolescente tenha aprendido os conhecimentos científicos advindos da biologia e desconsiderando a importância dos esclarecimentos, impressos e orientações familiares sobre a sexualidade (SAYÃO, 1997).

Vale salientar que a criança, diante da repressão sexual recebida, inibe sua própria forma natural de se expressar e demonstrar o que sente e, por muitas vezes expressa em determinado momento de sua vida, de forma agressiva, provocativa ou as reprime omitindo-a por completo (BRAGA, 2002).

Dada à sua organização e estrutura, a escola, como instituição social, tende a homogeneizar esses aspectos múltiplos da cultura na sala de aula, ignorando-os, reprimindo-os, ou “engessando” as diferenças e contradições. Nesse contexto, a liberdade como uma dimensão da sexualidade, não encontra condições para emergir e se expressar. A ressignificação da sexualidade só será possível se a própria sala de aula for ressignificada, passando a se constituir como um espaço realmente democrático, onde as opiniões, incertezas, divergências e diferenças forem consideradas, discutidas, e, quando possível, superadas (TELAROLLI JÚNIOR, 1997).

Desta forma, compreendemos que tais padrões são produzidos, construídos e modelados de acordo com momentos históricos e sociais existentes, com incorporação de valores, normas, ideologias e moral que são transmitidas às gerações futuras sendo interditas e/ou reprimidas diante de concepções contrárias as já incorporadas. Percebemos esses padrões na dificuldade evidente nos adultos em verbalizar, esclarecer, discutir e informar as crianças e adolescentes sobre a sexualidade, desenvolvimento do corpo, sexo e gênero (BRAGA, 2008).

### **3. Educação sexual escolar**

A educação sexual, hoje, vem passando por significativa atenção por parte de/das professores/as, psicólogos e médicos, os quais compreendem que a dimensão da sexualidade no cotidiano dos indivíduos, desde o nascimento, não se reduz à capacidade

reprodutiva, mas vai além, manifestando-se na vida psíquica de cada um, nas relações interpessoais, na vida social e afetiva, nos papéis sexuais, nas questões de gênero, nas discriminações e estereótipos ligados ao gênero ou à orientação sexual (RIBEIRO, 2004).

Para Sayão (1997, p.112), a educação sexual,

[...] ocorre, na verdade, desde o nascimento. É predominantemente no território familiar, da intimidade, que são transmitidas à criança as primeiras noções e valores associados à sexualidade, em geral não explicitamente. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de recomendações, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, tudo isso transmite os valores que a criança incorpora.

O trabalho de educação sexual na escola deve-se diferenciar da abordagem assistemática da família, principalmente no que diz respeito aos valores e moral, pois o papel da escola é de ampliar os valores legitimados pela família na busca da diversidade de valores existentes na sociedade, por meio disso, o aluno poderá refletir e encontrar um ponto de auto-referência, o que possibilitará o desenvolvimento de atitudes coerentes com os valores que ele próprio eleger como seus. Nesse sentido, a escola precisa complementar o trabalho realizado em casa, como transmissão de conhecimentos científicos e sistematizados sobre a temática da educação sexual. (BRAGA, 2002; FIGUEIRÓ, 2006; RIBEIRO, 1990).

Diante disso, assim como a autora, consideramos a educação sexual como “[...] um meio de transformações sociais – portanto, como uma atividade política. Pois todo saber científico é político, e, por sua vez, é uma prática social, instituída historicamente”. (FIGUEIRÓ, 2001, p.92).

Configura-se como,

[...] toda ação de ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja no nível do conhecimento de informações básicas, seja no nível de conhecimento e /ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções, e atitudes relacionadas à vida sexual (FIGUEIRÓ, 2001, p.17).

No Brasil, a educação sexual teve seus primeiros destaques a partir da influência das correntes médico-higienistas da Europa, pautada no combate a masturbação e as doenças venéreas, além da preparação da mulher para o exercício de esposa e mãe (SAYÃO, 1997).

Na década de 60 é implantada nas escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, a educação sexual no currículo, denominado, agora, como orientação sexual. Esta é entendida como uma ação educativa que pode ocorrer na escola a partir de um

trabalho sistematizado e organizado com a participação de/das professores/as e profissionais treinados para este propósito (RIBEIRO, 2004).

Nos anos 80 são implantados efetivamente programas de orientação sexual nas escolas privadas e públicas, devido ao fato do surgimento da AIDS e do aumento da gravidez indesejável entre os jovens, na busca em reprimir vivência e expressão da sexualidade dos indivíduos (SAYÃO, 1997).

Após esses incentivos, a orientação sexual na escola assume um destaque nacional com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 e com o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – PCN, que inclui a orientação sexual como “temas transversais”, para ser abordada de forma articulada juntamente com outros temas, tais como: saúde, ética, meio ambiente e pluralidade cultural (SAYÃO, 1997).

Também, no ano de 1998, houve a criação do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, pelo Ministério da Educação e do Desporto e a Secretaria de Educação Fundamental que enfatiza a expressão da sexualidade, apresentando conteúdos de como explorar o desenvolvimento e conhecimento nas crianças (BRASIL, 1998).

Esses incentivos e leis sobre a implantação da educação sexual no campo educacional fizeram com que se amparassem os profissionais para que possam trabalhar a educação sexual com o apoio e acompanhamento dos órgãos governamentais.

Contudo, notamos que a educação sexual que acontece no espaço escolar, configura-se não de forma educativa e informativa, mas de forma repressora a manifestações sexuais, em especial, das crianças da educação infantil, bem como um ensino diretista, instituindo valores e normas sexuais historicamente modeladas e não com esclarecimento e discussões para o discernimento sobre sexualidade, haja vista em pesquisas coletadas para esta finalidade de análise.

Compreendemos que esse tipo de educação sexual levada aos alunos, justifica-se pela repressão sexual e a incorporação de valores que os profissionais da educação sofreram e incorporaram em sua trajetória de vida, os quais estão sendo transmitidos aos/às seus/suas educandos/as.

Defendemos, nesse sentido, uma educação sexual escolar, formadora e humanizadora dos indivíduos, com transmissão de conhecimentos científicos sobre a sexualidade humana, com respostas a questionamentos, sem a incorporação de valores e interditos.

Esse ensino deve ir além dos saberes incorporado de valores e concepções transmitidos pela família, pois esta possui papel de educar de acordo com os princípios que considera importante e a escola deve complementar, ampliando esses conhecimentos, de forma científica, propiciando que o aluno conheça a existência da diversidade de concepções, ideologias, ponto de vistas e, que possa adquirí-las de forma consciente.

Acreditamos que para a efetivação do ensino da educação sexual é fundamental que seja realizada desde a educação infantil, momento no qual a criança encontra-se no prazer pelo saber, na curiosidade e descoberta do corpo e do meio em que vive, além de ser um período de fácies mudanças, de esclarecimentos de concepções e de formação psíquica.

#### **4. Formação de Professores/as**

Iniciaremos este tópico partindo da função da escola, considerando uma compreensão mais ampla do espaço educacional, para que se chegue ao foco da discussão, a formação de professores/as como educadores/as sexuais, em especial, na educação infantil. Por considerarmos que esse ensino deve iniciar desde a primeira etapa educacional, sendo um período propício para a aprendizagem, pois é na infância o momento de constante descoberta do mundo e curiosidade pelo saber.

A escola é uma instituição cuja principal função consiste na socialização do saber elaborado e não espontâneo, saber científico, sistematizado e não fragmentado, com cultura erudita e não popular. Com a organização dos meios (conteúdos, espaço, tempo e procedimentos) pelos quais cada ser humano realiza, como segunda natureza, a humanidade produzida historicamente (SAVIANI, 2005).

Neste sentido, o profissional inserido neste espaço escolar necessita estar em constante espaço de formação, em um contínuo processo de aprendizagem, para que, desta forma, se capacite no ensino da educação sexual, bem como o trabalho sistematizado em sala de aula.

Diante disso, defendemos a importância da inserção dos conteúdos sobre sexualidade humana nos currículos de cursos de formação de professores/as para que estes/as profissionais possam atuar de forma efetiva e completa no espaço escolar.

Para atingirmos o propósito de trabalhar a educação sexual combativa a repressão da expressão sexual dos/as alunos/as, é necessária que haja a preocupação inicial com a formação de professores/as com abrangência nessa área, pois são esses/as que irão trabalhar com o conhecimento científico, com a diversidade de pensamentos e culturas e

saber ampliar a compreensão e postura dos/as alunos/as em sala de aula.

Com a formação profissional nessa área, torna-se possível que este/a educador/a tenha a capacidade de trabalhar esses saberes em sala de aula, norteados por planejamentos de ação, a partir de uma temática inclusa no conteúdo curricular, tais como: corpo, desenvolvimento físico, higiene, relação sexual, gênero, reprodução, nascimento, sexualidade, função das partes genitais, entre outras questões.

Vale salientar que tais temáticas podem e devem ser trabalho desde a infância, sem tabus e receios de estar tirando a ingenuidade e a inocência da criança, pois ao levar esses conteúdos, o/a educador/a estará, além de transmitindo conhecimentos científicos, desmistificando modelos constituídos na família, assim a criança desde então poderá conhecer de forma ampla a sexualidade humana, e desta forma compreende-la no decorrer de sua vivência as várias vertentes que norteiam esta temática. Não podemos deixar de esclarecer que a exposição desses conteúdos científicos deve ser realizada por meio de exposições visuais, com discussão, esclarecimentos de forma lúdica e dinâmica (BRAGA, 2002).

No entanto, o que percebemos na coleta de dados em pesquisas anteriores, realizadas na educação infantil é que a concepção de educação sexual não está presente na atuação pedagógica desses/as educadores/as, na formação das crianças. O que se pretendem quando há a discussão dessa temática é a busca de sanar as dúvidas e não de formar e informar sobre a sexualidade.

O trabalho que propomos deve-se direcionar dando ênfase na reflexão crítica, na fundamentação teórica, no conhecimento atual da diversidade de valores e culturas, além do processo didático da exposição desse conteúdo para os alunos, tais como: o que fazer, como fazer, quais os problemas que o aluno enfrenta, abordar os questionamentos sem a incorporação de preconceitos e tratar com naturalidade as questões levantadas pelos educandos (RIBEIRO, 1990).

Para isso, “fundamental é que o/a orientador/a tenha uma atitude positiva e sadia em relação a sua própria sexualidade, pois só assim ele será capaz de tratar com naturalidade as questões que serão levantadas” (BARROSO e BRUSCHINI, 1982 *apud* RIBEIRO, 1990, p.19).

Para a efetivação dessa proposta é necessária que haja inicialmente a inclusão dessa temática no projeto político pedagógico dos cursos de formação de professores/ras, como já visto a inexistência dessa área de conhecimento do/a Pedagogo/a/UEM.

A partir dessa inclusão e posteriormente profissionais formados/as com esses conhecimentos, em sua atuação, será importante a construção de um projeto pedagógico institucional que inclua a educação sexual como parte do processo educativo dos alunos, e, que, deste modo, “possa contribuir com as dimensões psicológicas, filosóficas, históricas, biológicas na construção dos sentidos da sexualidade” (TELAROLLI JÚNIOR, 1997, p.93).

Diante dessas questões vimos lançar a discussão sobre a importância de ter no curso de Pedagogia uma disciplina sobre educação sexual escolar, oportunizando aos/as envolvidos/as espaços de saberes e trocas científicas sobre temas como: gênero, sexualidade e formação docente.

O que pretendíamos evidenciar neste tópico era o importante papel do/da educador/a capacitado nessa área de conhecimento, pois assim terá a possibilidade de combater a repressão à expressão a sexualidade das crianças e o temor assumido pelos/as educadores/as e pais a esse assunto, uma vez que os questionamentos e a curiosidade sexual são tão presentes na infância.

Sendo assim, se não forem trabalhadas desde essa fase proporcionarão frustrações e constrangimento ainda tão evidentes nos adultos, os quais serão formadores de opiniões e de desenvolvimento psíquico e afetivo das futuras gerações.

## **5. Conclusão**

Com toda a discussão percorrida nesse artigo, consideramos deixar clara a compreensão que objetivamos diante da formação de professores/as como educadores/as sexuais, considerando um fundamento necessário e possível à atuação pedagógica.

Justificamos a escolha dessa discussão pela confirmação da inexistência de conteúdos obrigatórios norteadores da educação sexual escolar no curso de formação de professores/as da Universidade Estadual de Maringá, a partir da análise do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia, em que os/as profissionais formados para o exercício de sua profissão não possuem embasamento teórico sobre o ensino da sexualidade.

Neste sentido, consideramos ser de grande importância a implantação desse ensino nas grades curriculares dos cursos de formação de professores/as, oportunizando aos/as envolvidos/as espaços de saberes e trocas científicas sobre temas como: gênero, sexualidade e formação docente na área da educação sexual.

Alem disso, se faz importante o conhecimento sobre a temática que envolve a sexualidade humana, por saber que ao atuarmos em sala de aula iremos nos deparar essa vertente, expressas nas manifestações sexuais, desejos e curiosidades das crianças, diante das quais tornarão imprescindível ter clareza das concepções, e conhecimento científicos que deveriam ser adquiridos nos cursos de formação de professores/as.

Defendemos que com a implantação dos conteúdos sobre sexualidade humana, poderá propiciar nos/as profissionais formados/as, um conhecimento teórico no trabalho em sala de aula, para que desta forma, possa guiar seu trabalho escolar na busca de um ensino desmistificador de modelos instituídos pelas famílias nas crianças.

Acreditamos que no espaço educacional há uma maior facilidade de ocorrer possíveis mudanças em detrimento do ambiente familiar, uma vez que a escola configura-se como um espaço de formação de profissionais capazes de ampliar seus conhecimentos legitimados pela sua formação pessoal.

É neste momento que a escola, especialmente a Educação Infantil, poderia se tornar um campo propício à educação sexual, um lugar onde, além de receber informações mais completas, os/as educandos/as pudessem pensar, questionar, raciocinar e estabelecer juízos de valores no decorrer de sua formação psíquica (RIBEIRO, 1990).

Em suma, para que essas mudanças em conceber a educação sexual na escola se concretizem, é necessário que o corpo docente e a equipe pedagógica compreendam a importância da educação sexual como parte da formação humana e social dos sujeitos. Pois, notamos que no âmbito da formação profissional dos/as docentes a educação sexual se faz ausente, ou assumindo uma função incoerente, a de sanar dúvidas, motivo pela qual se encontra na atuação pedagógica a desinformação e a repressão, além da inexistência do conhecimento na área da sexualidade e a inabilidade do ensino da mesma.

Sabemos da existência da dificuldade em trabalhar a educação sexual, em especial, nos Centros de Educação Infantil, pois a maioria dos/as profissionais infantis considera a transmissão desse ensino irrelevante a essa faixa etária, por acreditarem estar tirando a inocência desses/as alunos/as, estimulando-os para iniciar a prática sexual precocemente, além de outras questões permeadas de repressões e tabus.

Entendemos que esse ensino da sexualidade configura-se como um desafio para os/as educadores/as, pois se deparam com muita desinformação, inabilidade de ensino, seus próprios tabus, a não aceitação própria em discutir tal assunto, além dos interditos familiares e da instituição para a implantação de projetos e planejamentos sobre

sexualidade na escola, entre outros fatores responsáveis para a não aplicação efetiva desse ensino.

## 6. Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

BRAGA, Eliane Rose Maio. **Sexualidade Infantil**: uma investigação acerca da concepção das educadoras de uma creche universitária sobre educação sexual. 2002. 195f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – UNESP, Assis-SP.

\_\_\_\_\_. **“Palavrões” ou palavras**: um estudo com educadoras/es sobre sinônimos usados na denominação de temas relacionados ao sexo. 2008. 241f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) –UNESP, Araraquara-SP

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. Londrina-PR: EDUEL, 2001.

\_\_\_\_\_. **Formação de professores sexuais**: adiar não é mais possível. Campinas-SP : Mercado de letras, 2006.

GUIMARÃES, I. **Educação sexual na escola**. Campinas –SP: Mercado de Letras, 1995.

MAIA, Ana Claudia e MAIA, Ari Fernando. **Sexualidade e Infância**. FC/CECEMCA: Brasília: MEC/SEF, 2005.

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA/UEM**, 2005, p.25-26.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na Escola**: alternativas teóricas e práticas. 3.ed. São Paulo: Summus, 1997.

SOUZA, M.C.C.C. Sexo é uma coisa natural? In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na Escola**: alternativas teóricas e práticas. 3.ed. São Paulo: Summus, 1997.

TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. Sociedade, cultura e desejo: a sexualidade humana. In: KUPSTAS, Márcio (Org.). **Comportamento Sexual**. São Paulo: Moderna, 1997.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação Sexual além da Informação**. São Paulo: EPU, 1990.

\_\_\_\_\_. **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Arte e ciência, 2004.